

RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**ANÁLISE DA EFETIVIDADE DOS CONSELHOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE**

*Bruna Marcelle Bastos Dias Marinho (bruna.marinho@afya.com.br)*

*Petterson Faria De Souza (contato@pettersonfaria.com.br)*

O direito à moradia segura, preceito fundamental do art. 6º da Constituição de 1988, pressupõe a participação popular no controle das políticas públicas através de organizações representativas (art. 204, II). A Lei nº 11.124/2005 consolidou esse modelo ao criar o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), estabelecendo como condição para o acesso a recursos a criação de fundos e conselhos gestores locais. No entanto, desde dezembro de 2017, com a paralisação das reuniões do Conselho Federal e a consequente suspensão dos repasses fundo a fundo, observa-se um processo de desidratação institucional nas esferas municipais, comprometendo a transparência e a autonomia da gestão urbana. O presente estudo tem por objetivo verificar a atuação dos Conselhos Municipais de Habitação de Interesse Social (CMHIS) do Noroeste Fluminense e analisar como a ausência de suporte federal impactou a execução das políticas habitacionais locais e a legitimidade do controle social na região. Realizou-se pesquisa qualitativa com abordagem interdisciplinar e análise documental. O acervo investigado compreendeu leis municipais, atas do Conselho Federal e as últimas cinco atas de reuniões dos conselhos gestores nos municípios do Noroeste Fluminense. A fundamentação teórica utilizou autores como Sérgio Azevedo, Buvnich e Cymbalista para discutir a fragilidade institucional e a necessidade de suporte

financeiro para o funcionamento de arenas democráticas. A pesquisa revelou que os conselhos do Noroeste Fluminense encontram-se esvaziados e meramente burocráticos. A ausência de transferência de recursos federais, somada à falta de interesse dos governos locais em investir com recursos próprios, resultou na paralisação de programas e na ausência de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) atualizados. Constatou-se que a vulnerabilidade institucional desses espaços compromete a função social da propriedade e a efetividade do direito à cidade, uma vez que a ausência de recursos esvazia a pauta deliberativa e afasta a sociedade civil das decisões estratégicas. O enfraquecimento dos CMHIS no Noroeste Fluminense reflete a crise do pacto federativo na habitação. Conclui-se que a simples existência formal de conselhos não garante a gestão democrática sem o aporte de verbas que induzam as ações locais. É imperativo o fortalecimento do âmbito federal e a implementação de um plano de ação definido para que os conselhos municipais retomem seu papel de suporte e fiscalização, assegurando a dignidade habitacional e a redução das desigualdades urbanas na região.

Palavras-chave: habitação de interesse social; conselho gestor de fundo; políticas públicas; noroeste fluminense.